

ALIANÇA COM ABRAÃO

Michael Kleine

1. “Aliança”: lugar social

Antes de abordarmos as características da aliança entre Deus e Abraão, procuraremos localizar o conceito de “aliança” nos contextos social e histórico. As afirmações que as pessoas fazem sobre Deus e suas posturas diante de uma divindade dependem, em grande medida, das estruturas sociais nas quais a vida está organizada. Há uma estreita relação entre contexto social e concepções religiosas e teológicas. No âmbito da sociologia é usual a distinção entre duas formas fundamentais de relações sociais: relações *primárias* e relações *secundárias*. As chamadas relações primárias são aquelas em que os envolvidos estão unidos pelo sentimento de identificação e de pertença mútua. Protótipos deste tipo de relação são a família e as relações baseadas na amizade. Relações primárias constituem-se num fim em si mesmas, ou seja, são criadas e mantidas pela necessidade humana elementar de pertença a um grupo de pessoas próximas. Grupos do tipo primário caracterizam-se pela comunicação pessoal intensa entre os participantes (contato direto), identidade e história comuns, assim como sentimentos de simpatia e empatia. Relações do tipo *secundário* possuem motivações e mecanismos de integração diferentes. Não são um fim em si mesmas, mas *meios* para se alcançar um determinado objetivo. Tem, pois, um caráter funcional e instrumental. Pessoas que não estão unidas por laços afetivos ou de parentesco, estabelecem relações de cooperação pelos mais diversos motivos: defesa contra ameaças comuns, projetos cuja realização excede a força e a capacidade individual, troca de produtos ou serviços. O princípio que rege relações deste tipo é o da *reciprocidade*: dá-se uma coisa para obter outra em troca. Este princípio permitiu aos seres humanos construir agrupamentos e organizações sociais maiores, cuja integração não depende mais da consangüinidade e de sentimentos de simpatia pessoal. A partir dos princípios da reciprocidade e da troca surgiram sistemas sociais como o mercado, normas morais e legais e sistemas políticos complexos.

Alianças, pactos e contratos fazem parte do âmbito das relações secundárias. São formas de ligar e unir aquilo que se considerava separado. Parentes de sangue não precisam fazer alianças, pois já estão unidos pela mesma origem e história. Mas duas famílias distintas podem selar uma aliança através do casamento com vistas a se fortalecerem, como é relatado por exemplo em Gn 34. Enquanto a relação com pessoas próximas está baseada na confiança, a cooperação com estranhos necessita de acordos em forma de contratos, sejam estes formais ou informais. Alianças podem unir parceiros do mesmo *status* social, mas também pessoas de *status* sociais distintos, como no caso das relações do tipo patrão-cliente. O “patrão” é alguém que ocupa um lugar mais alto na hierarquia social, em virtude de sua origem abastada (nobreza), de seu poder econômico (posse de

terras) e de sua influência política. O patrão oferece proteção e ajuda em troca da lealdade e obediência de seus “clientes”, que são as pessoas que se encontram na base da pirâmide social. Este tipo de troca constitui a base para as relações políticas, onde o governante é responsável por garantir a proteção e o bem-estar dos seus subordinados, enquanto estes lhe devem obediência e lealdade. O conceito de aliança entre Deus e o povo de Israel no Antigo Testamento também segue este modelo. Veremos que a aliança entre Deus e Abraão contém todos os elementos de uma aliança política.

2. A aliança entre Deus e Israel no Antigo Testamento: lugar histórico

O tema da aliança entre Deus e Israel ocupa lugar de destaque no Antigo Testamento. No Pentateuco o conceito de aliança unifica as diferentes tradições e estrutura a apresentação da história de Deus com a humanidade (“história da salvação”), unindo entre si os diferentes “períodos”: Criação/Primórdios – Patriarcas – Êxodo/Sinai. Nesta aliança, Deus se compromete a proteger o povo e a zelar por seu bem-estar (cf. Ex 19,20-33). O povo, por sua vez, promete obediência e lealdade exclusiva a Javé. Isto se traduz, concretamente, no cumprimento da Torá: a orientação, os mandamentos, a lei de Javé. Em terminologia vétero-testamentária: ouvir/obedecer a voz de Javé (Ex 19,5; Dt 28,1-3), guardar a sua aliança (Ex 19,5), fazer o que Javé diz (Ex 19,8), observar as palavras ditas por Javé (Ex 24,3.7).

Há uma grande concordância na pesquisa do Antigo Testamento que a concepção de aliança não provém, originalmente, do âmbito religioso, mas sim da esfera das relações políticas. O egiptólogo Jan Assmann¹ vê no uso do conceito de aliança para descrever a relação entre Deus e povo uma inovação em relação às religiões do antigo oriente. O que chama especialmente a atenção é o fato de Deus aparecer como legislador, como promulgador de leis e normas. Também no Egito e na Mesopotâmia há divindades supremas que são responsáveis pela justiça e o direito. Mas legislar é tarefa do rei e de seus funcionários, que representam a divindade diante dos seres humanos. O Antigo Testamento transpõe a justiça da esfera sociopolítica para a esfera teológica, subordinando-a diretamente à vontade de Deus. Não é mais o culto que satisfaz a Deus, como no Antigo Oriente, mas a prática da “justiça e do direito”, ou seja, o cumprimento das normas legais contidas no “livro da aliança” (Ex 24,7). Conforme este modelo de uma aliança direta entre Deus e o povo, Deus assume o lugar e as funções que originalmente eram do rei.

Na ideologia real dos Estados do Antigo Oriente, o rei exercia uma dupla representação. De um lado ele representava o domínio dos deuses sobre os seres humanos, através do exercício do poder político (legislação, controle do cumprimento das normas, repressão). De outro lado ele representava os interesses de seus subordinados diante dos deuses, especialmente através da esfera cúltica. Também no Antigo Oriente era corrente a idéia do reinado de Deus. Mas esse reinado era exercido representativamente pelo rei terreno. A novidade do AT é a relação direta entre Deus e o povo. Israel

1. ASSMANN J., *Herrschaft und Heil. Politische Theologie in Altägypten, Israel und Europa*. Fischer: Frankfurt am Main, 2002, p. 49-52.

recebe ordens e orientações diretamente de Javé, e é justamente o cumprimento destas ordens que mantém intacta a relação entre ambas as partes. O reinado de Javé não admite um rei terreno ao seu lado. Visto como um todo, o Antigo Testamento contém as bases da religião judaica, para a qual nem o rei, nem o culto estão no centro da relação com Deus, mas sim um livro – a Torá.

A concepção de aliança Deus-povo tem uma tendência crítica em relação ao reinado. Este tom crítico perpassa todo o Antigo Testamento. Trata-se, a meu ver, de um fruto da época pós-exílica, um período de limitada autonomia política na província da Judéia. A este período (entre 500 aC e 100 dC) devemos a redação final dos escritos do Antigo Testamento. A destruição dos estados de Israel e Judá e a deportação de uma parte importante da elite política e religiosa local desencadearam um penoso e longo processo de busca pela identidade cultural-religiosa. Este processo, que incluiu uma revisão crítica das experiências passadas (especialmente o reinado), se deu de forma conflitiva. Definir a própria identidade sempre implica em demarcar posição com outros sujeitos e projetos, sejam eles externos ou internos (projetos diferentes). Em sua forma atual (redação final), o Antigo Testamento reflete este processo de busca e de dupla demarcação de posições: externamente, em relação às culturas dos Estados e culturas dominantes; e internamente, diante de programas concorrentes². Neste processo foram selecionadas e compiladas tradições orais e escritas mais antigas. A concepção de Aliança entre Javé e Israel eventualmente pode ter sido desenvolvida antes do exílio. Mas, se ela adquiriu tamanho peso dentro do processo de redação final é porque estava em conformidade com os interesses e o programa dos grupos da comunidade judaica pós-exílica que foram decisivos neste processo. Por este motivo, quero interpretar o conceito de Aliança a partir deste lugar histórico: o processo conflitivo de busca de identidade na época pós-exílica. A idéia da aliança, tendo como pilares o reinado de Javé e o compromisso do povo em cumprir seus mandamentos (codificados na Torá), reflete não só a perda da soberania política, mas também a desconfiança e oposição de círculos religiosos ortodoxos em relação aos projetos de dominação política e cultural imperial (e seus defensores locais), especialmente o helenismo.

3. Aliança entre Deus e Abraão

O livro de Gênesis apresenta, de forma narrativa, os primórdios da história do povo de Israel. Trata daquilo que era “no princípio”. Dentro de uma concepção não-científica (em sentido moderno), o pensamento antigo apresenta na forma passada (“assim era”) as bases do presente. O livro de Gênesis relata sobre a constituição dos fundamentos de “Israel” – conforme a compreensão dos círculos teológicos responsáveis pela forma atual do livro. E o fundamento de “Israel” como entidade cultural-religiosa é justamente sua aliança com Javé. Desta aliança fazem parte dois elementos centrais: a promessa de posse da terra, da parte de Javé, e o compromisso de obediência exclusiva e de cumprimento dos mandamentos divinos, da parte do povo.

2. Ver GOTTWALD, N. K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. Paulinas: São Paulo, 1988, p. 110-121.

3.1. *Aliança da Promessa*

“Javé disse a Abrão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei” (Gn 12,1). A “história de Israel” começa com esta fala, com esta ordem de Deus a Abraão. Abraão é escolhido e chamado (Gn 18,19; Is 51,2; Ne 9,7), dentre a totalidade dos povos, e separado (Gn 24,7; Js 24,3) por Deus para um novo começo. A radicalidade deste novo começo fica clara na ordem de romper com todos os laços sociais determinantes da vida de Abraão: a terra (fonte de sustento) – os parentes (fonte de segurança e identidade) – a casa paterna (origem e núcleo básico das relações pessoais). “Abrão partiu, como lhe disse Javé...” (Gn 12,4) – no princípio da relação entre Deus e Abraão está a ordem (mandamento) divina e a obediência humana. Junto com a ordem vem a primeira promessa: “Eu farei de ti um grande povo, eu te abençoarei, engrandecerei teu nome...” (Gn 12,2). E, assim que Abraão chega em Canaã, recebe a segunda promessa: “É à tua posteridade que darei esta terra” (v. 7). Ordem e promessa estão indissolúvelmente ligadas.

A “história de Abraão” (12,1–25,10) compõe-se de uma série de pequenas narrativas (sagas) individuais e independentes umas das outras. Cada uma delas tem uma função específica, ou seja, procuram explicar fatos do presente a partir de sua origem em tempos remotos (etiologia). O elemento que une estas diferentes narrativas e tradições individuais é justamente o tema da promessa. A promessa feita a Abraão – e repetida aos outros “patriarcas” Isaac, Jacó e José – tem um duplo conteúdo: a promessa de posse da terra de Canaã e a promessa de uma grande descendência. Frequentemente ambas as promessas aparecem juntas no mesmo contexto narrativo. Mas não é raro que apenas uma delas seja mencionada num determinado contexto. A história de Abraão está essencialmente marcada pelo problema da existência de Israel em sua terra. “Israel”, ou seja, os/as leitores/as e ouvintes originais desta história, não se compreende como uma população autóctone. O território em que vivem e no qual Abraão entrou com sua família é visto como presente de Deus. Abraão e seus descendentes receberam a promessa da posse, eles vivem nesta terra, mas ela não é sua propriedade. Em Gn 15,13-16 Deus prediz que os israelitas passarão ainda um longo período fora da terra. Abraão e seus descendentes vivem na terra como estrangeiros (17,8). A promessa de grande descendência reflete o problema da existência de Israel como povo. Característicos para as diversas narrativas que compõem a história de Abraão são os obstáculos que se colocam no caminho da realização desta promessa. Logo no início (12,10-20) surge o perigo de Abraão perder sua esposa Sara, quando ambos saem de Canaã e vão ao Egito. Lá Sara é incorporada ao harém do faraó, fato que em seguida é revertido pela ação de Deus. A infertilidade de Sara perpassa boa parte da história. Por fim, quando o casal finalmente é abençoado com o nascimento do filho Isaac, parece que o próprio Deus põe o cumprimento da promessa em risco, exigindo o sacrifício do menino.

A importância de ambas as promessas – terra e descendência – na formação do contexto literário da história de Abraão (redação final) tem como pano de fundo uma situação histórica em que a existência de Israel como povo e a posse do território em que vive estão seriamente ameaçadas. Trata-se da época que se convencionou chamar de “exílica” e “pós-exílica”, ou seja, o período histórico caracterizado pela perda de

autonomia política, dispersão de uma parte da população e conflitos agudos com culturas e potências estrangeiras. Os círculos teológicos responsáveis pela redação final da história de Abraão apresentam o patriarca e sua família como modelo, tanto para as famílias israelitas que vivem na diáspora, como para aquelas que permaneceram na Palestina, mas estavam sujeitas ao impacto das culturas e políticas de impérios estrangeiros. Abraão é apresentado como exemplo de confiança nas promessas divinas. Por um lado, ele recebe a promessa de se tornar um grande povo, e a história mostra como esta promessa paulatinamente vai se tornando realidade, apesar de todas as dificuldades e ameaças. Assim se visava combater os sentimentos de inferioridade típicos de grupos e culturas minoritárias, apontando para a perspectiva de, futuramente, se tornarem numericamente fortes para poder resistir à pressão externa. De outro lado, Abraão segue a ordem de romper com todos os laços sociais que o prendem, em direção a uma terra que um dia será de sua descendência. Essa atitude visava animar as famílias da diáspora que não estavam dispostas a arriscar sua momentânea segurança para voltar novamente a sua terra de origem. Pois a Palestina (ainda) era o espaço vital destinado por Deus ao seu povo³.

Em duas ocasiões, Deus sela formalmente uma aliança, um pacto (*b'rit*) com Abraão. Anteriormente, ele já havia estabelecido uma aliança com Noé “e todos os seres vivos” (Gn 9), prometendo não mais destruir sua criação. Através deste ato formal de aliança, Deus empenha sua palavra e se compromete com o cumprimento de sua promessa. Em Gn 15, Javé promete a Abraão e à sua descendência a posse da terra: “À tua posteridade darei esta terra” (v. 18). Através de um ritual solene o compromisso é selado com um juramento. Em Gn 17, um novo elemento é acrescentado: além da posse da terra e da numerosa descendência, Deus promete ser “o teu Deus e o de tua raça depois de ti” (v. 7): “e serei o vosso Deus” (v. 8). A expressão, que será retomada em Ex 6,7 e repetida como fórmula em diversas outras passagens, exprime a relação especial de Deus com o povo de Israel. Assim como em Gn 9, em Gn 17 a aliança é acompanhada de um “sinal” visível. Em Gn 9 o arco-íris tem a função de “lembrar” Deus de sua aliança e das obrigações daí decorrentes. O mesmo não é dito explicitamente sobre a circuncisão em Gn 17, mas certamente está implícito no termo “sinal” (v. 11). No contexto exílico/pós-exílico o ritual da circuncisão era também um sinal visível de pertença ao povo de Deus e de distinção em relação a outros povos. Era um ato de confissão de fé⁴. A origem deste “sinal” é colocada pelos redatores do Pentateuco justamente nos primórdios, no “ato de fundação” do povo de Israel: a eleição de Abraão e a aliança com ele.

3.2. O cumprimento da Aliança

Por natureza, pactos, acordos, alianças sempre envolvem, no mínimo, duas partes. Por mais desiguais que sejam as partes, ambas assumem determinados compro-

3. Ver ALBERTZ, R. *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*. Vol. 2, Vandenhoeck & Ruprecht: Göttingen, p. 420s, 512s.

4. Cf. ALBERTZ, R. *op. cit.*, p. 422s.

missos. No caso da aliança entre Javé e Abraão (“Israel”), podemos dizer que o primeiro oferece ao segundo proteção num meio ambiente que se mostra hostil. Direitos de posse sobre a terra e garantia de grandeza numérica proporcionam proteção diante da constante invasão estrangeira: “Não temas, Abrão! Eu sou o teu escudo...” (15,1). Trata-se de uma aliança de caráter eminentemente político, onde a tarefa do governante consiste justamente em garantir a integridade do território e de sua população. Em contrapartida, a parte protegida deve obediência à parte que protege. Esta é a obrigação de Abraão e seus descendentes (Israel).

A obediência a Deus se traduz, no Antigo Testamento, no cumprimento dos mandamentos divinos. Esta é a base da religião judaica: o cumprimento da “Lei”, da “Torá”. No livro de Gênesis ainda não temos os mandamentos divinos codificados num livro. Isso não era necessário, pois a relação entre Deus e os patriarcas se dava de forma direta. Não havia a necessidade de intermediários entre Javé e “Israel”: nem profetas, nem um livro contendo as instruções/orientações/mandamentos de Deus. Estes eram plenamente conhecidos. Assim, Abraão é chamado a “andar na presença/diante” de Deus e “ser perfeito (*tāmîm*)” (17,1). “Andar diante de Deus” significa “agir segundo as minhas ordens e observar meus estatutos e minhas normas” (1Rs 9,4); *tāmîm* é um termo usado no âmbito de rituais sacerdotais (sacrifícios) e designa a qualidade dos animais a serem sacrificados: “perfeitos”, sem defeitos/máculas, inteiros/integros. *Tāmîm* – íntegro – é o mesmo que “justo” (cf. Gn 6,9): aquele/a que anda conforme a “lei”/“Torá” de Javé (cf. Sl 119,1). Abraão é alguém que “ouve a voz de Javé” (cf. Gn 22,19), o que é o mesmo que dizer que ele “guarda a minha aliança” (cf. Ex 19,5; 24,7: introdução e conclusão da aliança do Sinai). Desta obediência e integridade dependem a vigência da aliança e o cumprimento das promessas: “Pois eu o escolhi para que ele ordene a seus filhos e à sua casa depois dele que guardem o caminho de Javé, realizando a justiça e o direito; *deste modo realizará Javé para Abraão o que lhe prometeu*” (Gn 18,19). Abraão obedece mesmo quando a ordem de Deus vai contra a sua promessa: quando ele exige o sacrifício de Isaac. E essa obediência é condição para o cumprimento da promessa: “*porque não me recusaste teu filho, teu único... eu te darei uma posteridade tão numerosa quanto as estrelas do céu... porque tu me obedeceste*” (Gn 22,16-18). Finalmente, Javé renova com Isaac o juramento que havia feito a Abraão: “*porque Abraão ouviu a minha voz (= me obedeceu), guardou meus preceitos, meus mandamentos, minhas regras e minhas leis (= Torá pl.)*” (Gn 26,5).

4. Conclusão

Em termos literários, a história de Abraão (dos patriarcas), com sua ênfase no tema da promessa, aponta para além de si mesma, para o cumprimento das promessas. A primeira promessa, de grande descendência (Gn 12,2), cumpre-se apenas no Egito, quando a família dos patriarcas se torna o povo de Israel. A promessa de uma relação especial com Javé (“serei vosso Deus, vós sereis meu povo”) torna-se realidade na aliança selada com Israel no Monte Sinai, quando Israel recebe de Deus as ordens e leis que regerão sua convivência interna e sua relação com Javé. A terceira promessa é cumprida quando Israel toma posse da terra de Canaã sob a liderança de Josué.

Na história de Abraão, vista como um todo (redação final), encontramos os elementos decisivos da religião judaica na época pós-exílica. O modelo religioso de *aliança direta entre Deus e o povo*, sem intermediação do Estado (personificado na figura do rei), nos remete aos círculos teológicos que tinham uma posição crítica em relação ao papel do Estado. A aliança com Deus tem caráter político. Javé é apresentado como responsável *direto e único* pela integridade do território e da população, além de assumir funções de legislador e de juiz. Ao povo cabe a obediência incondicional, o cumprimento das normas e leis divinas, a fidelidade absoluta (“com todo o coração, alma e força”, cf. Dt 6,5) – obrigações normalmente devidas ao rei⁵. Na aliança de Deus com Abraão estão colocadas as bases e os elementos centrais desta concepção.

Michael Kleine
Rua 24 de Maio, 394
83323-060 Pinhais – PR
Fone: (41) 3667-1039

Bibliografia

- ASSMANN, J., *Herrschaft und Heil. Politische Theologie in Altägypten, Israel und Europa*. Fischer: Frankfurt am Main, 2002.
- GOTTWALD, N.K., *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. Paulinas: São Paulo, 1988, p. 110-121.
- ALBERTZ, R., *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit*. Vol. 2, Vandenhoeck & Ruprecht: Göttingen.

5. Ver J. ASSMANN, *op. cit.*, p. 61s.